Ministro do Ambiente quer mobilidade elétrica alargada a todo o país até fim do ano

8 de Agosto, 2016

O ministro do Ambiente, João Matos Fernandes, assumiu hoje que, até final do ano, haverá no país 50 postos de carregamento rápido para veículos elétricos, para que a mobilidade elétrica deixe de ser apenas "um fenómeno urbano".

"Até ao final do ano, será possível, em todo o país, que nos possamos deslocar em veículos elétricos, porque haverá postos de carregamento rápido em todo o país", disse o ministro.

Segundo o governante, que inaugurou hoje o primeiro corredor de carregamento rápido para veículos elétricos da rede MOBI.E, o objetivo, em 2017, passa por alargar este projeto.

"Até ao final do próximo ano, cada sede de concelho terá, pelo menos, um posto de carregamento e a mobilidade elétrica deixará de ser entendida como um fenómeno urbano, mas sim um fenómeno que é possível acontecer em todo o país, com grandes ganhos para o ambiente e para todos nós", disse.

João Matos Fernandes, que viajou hoje num automóvel elétrico até à área de serviço de Aljustrel da Autoestrada do Sul (A2), onde decorreu a cerimónia, explicou que, para já, estão à disposição dos automobilistas seis postos de carregamento rápido, em quatro áreas de serviço, no corredor Lisboa-Algarve.

Mas, prometeu o ministro, até ao final do ano, serão 50, em várias autoestradas do território nacional: "Será possível viajar de Viana do Castelo até ao Algarve e nos dois eixos para o interior", mais precisamente "na A25, que liga Aveiro a Vilar Formoso, e na A23, desde Torres Novas até à Guarda", em veículo elétrico.

Nestas rodovias, continuou o governante, "haverá uma rede robusta de carregamento rápido, que permite que se dê uma carga ao automóvel em 20 minutos".

O desenvolvimento desta rede MOBI.E é "fundamental" para Portugal, afirmou, realçando que o projeto vai "permitir a mobilidade elétrica" no país, "particularmente, fora das cidades".

"Não existiam postos de carregamento rápido no país e eles são determinantes para que se possam fazer distâncias como esta, Lisboa-Algarve, com toda a segurança em veículos elétricos", referiu, frisando que, até final do ano, estes pontos vão gratuitos.

O Governo, assumiu João Matos Fernandes, tem a "grande ambição" de que, "dentro de dez anos, 10% dos veículos" existentes em Portugal sejam "veículos elétricos", pelo que, para atingir este objetivo, é necessário apostar nas

infraestruturas.

“Para isso, o Estado tem de contribuir de forma decisiva para que exista uma rede pública de carregamento que permita que, dentro de muito pouco tempo, se possa utilizar, com igual grau de fiabilidade, um veículo elétrico ou um veículo que não é elétrico”, defendeu.

O preço deste tipo de viaturas, reconheceu, é “mais elevado” do que o dos veículos a gasóleo e gasolina, mas o investimento, mesmo quando a energia elétrica começar a ser paga, por ser mais barata dos que os combustíveis, “é absolutamente compensável, além da inexistência de emissões” de gases com efeito de estufa.

“Uma outra questão muito relevante é que os veículos elétricos em Portugal não pagam imposto automóvel, porque este depende das emissões e da cilindrada. Não havendo emissões e não tendo os motores cilindros, não pagam”, acrescentou.

Portugal tem de “fazer um esforço muito grande” para, até 2030, reduzir “no mínimo 30%” das emissões de gases com efeito de estufa, lembrou João Matos Fernandes, sublinhando que esta meta requer reduções nos setores da indústria e da produção de energia, mas também dos “setores ditos de poluição de origem difusa”, onde os transportes têm “papel nuclear”.

A conclusão da Rede MOBI.E, já prevista desde 2001, envolve a instalação de um total de 124 pontos de carregamento normal e da atualização tecnológica e instalação de 50 pontos de carregamento rápido.